



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 408 /2014

Altera a Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Ação Social Koinonia, com sede e foro no Município de Piraquara".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 108/2014**

**Projeto de Lei nº. 108/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 16.144, de 6 de julho de 2009, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.144/2009 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL EVANGÉLICA KOYNONINA - AA EK” PARA “ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL KOINONIA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 16.144/2009. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial Evangélica Koynonina - AA EK

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação Assistencial Evangélica Koynonina - AA EK" para "Associação Ação Social Koinonia", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

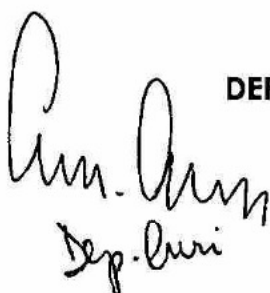
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

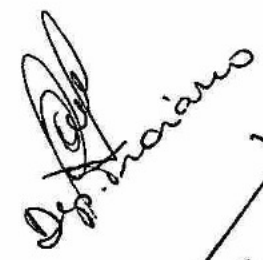
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
Dep. Luri

  
Dep. Corbi

  
Dep. Henni

  
Dep. Leonardo

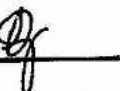
  
Dep. Moiano

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nelson

**APROVADO**

**25.03.14** 



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 109 /2014**

Altera a Lei nº 15.649, de 2 de outubro de 2007, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 15.649, de 2 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Centro Para o Resgate a Vida Esperança - CEPES, com sede e foro no Município de Apucarana".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

I  
Tratá-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de modificação do foro da entidade declarada de Utilidade Pública de acordo com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 109/2014**

**Projeto de Lei nº. 109/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 15.649, de 02 de outubro de 2007, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 15.649/2007 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 15.649/2007. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Centro para o Resgate a Vida Esperança – CEPES, com sede no Município de Apucarana e foro no Município de Araçongas.

O projeto pretende modificar a "sede no Município de Apucarana e foro no Município de Araçongas" para "sede e foro no Município de Apucarana", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



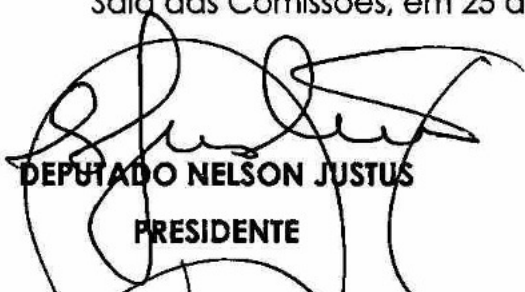
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



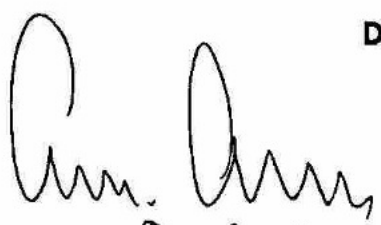
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela  
**APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os  
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**


  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**


  
Dep. Curi

  
Dep. Traiano

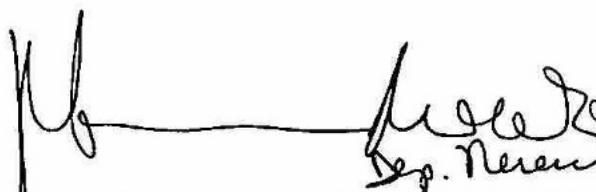
  
Dep. Trucini

  
Dep. Carlos

  
Dep. Hernando

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**  
**25.03.14**





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 26 FEV. 2014  
1º Secretário.

**PROJETO DE LEI Nº 110 /2014**

Altera a Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 110/2014**

**Projeto de Lei nº. 110/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.614, de 5 de junho de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.614/1991 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “FEDERAÇÃO DAS MISERICÓRDIAS E HOSPITAIS FILANTRÓPICAS DO ESTADO DO PARANÁ – FEMIPA, COM SEDE E FORO NESTA CAPITAL” PARA “DEFEDERAÇÃO DAS SNATAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS BENEFICIENTES DO ESTADO DO PARANÁ, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 9.614/1991. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicas do Estado do Paraná – FEMIPA, com sede e foro nesta capital.

O projeto pretende modificar a denominação "Federação das Misericórdias e Hospitais Filantrópicas do Estado do Paraná – FEMIPA, com sede e foro nesta capital" para "Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais beneficentes do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos  
previstos nesta Constituição.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela  
**APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os  
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

*Am. Am*  
Dep. Auri

*[Assinatura]*  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

*[Assinatura]*  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

*[Assinatura]*  
Dep. Carli

*[Assinatura]*  
Dep. Truini

*[Assinatura]*  
Dep. Troiano

*[Assinatura]*  
Dep. Pastor

*[Assinatura]*  
Dep. Hernandes

*[Assinatura]*  
Dep. Neri

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**  
**25.03.14**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 111/2014**

Altera a Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*

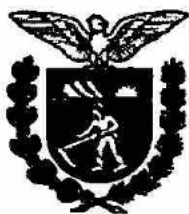


## **JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 111/2014**

**Projeto de Lei nº. 111/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.797, de 12 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.797/1991 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES FÍSICOS – A.P.A.D.A” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS, DEFICIENTES AUDITIVOS E SURDOS” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 9.797/1991. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de deficientes Físicos – A.P.A.D.A, com sede e foro na cidade de Toledo – Paraná.

O projeto pretende modificar a denominação "Associação de Pais e Amigos de Deficientes Físicos – A.P.A.D.A" para "Associação de Pais, Amigos, Deficientes Auditivos e Surdos, com sede e foro no Município de Toledo", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

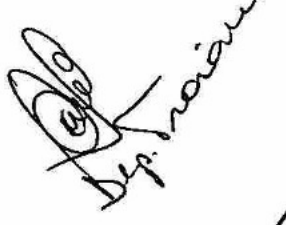
Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

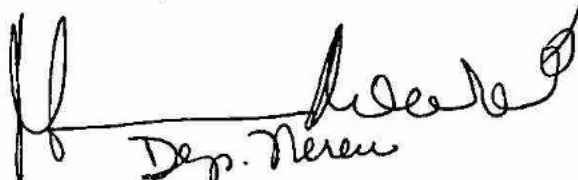
  
Dep. Carlos

  
Dep. Turiani

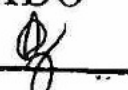
  
Dep. Moiano

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**

25.03.14 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima



PROJETO DE LEI N.º

143/14

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 24 MAR. 2014  
1º Secretário


Institui o ano de 2014 como o Ano do Centenário da Primeira Igreja Batista de Curitiba.

Art. 1º. Fica instituído o ano de 2014 como o Ano do Centenário da Primeira Igreja Batista de Curitiba.

Art. 2º. A data instituída no artigo anterior passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de março de 2014.

  
CANTORA MARA LIMA  
Deputada Estadual



### JUSTIFICATIVA.

No início do século passado, obedecendo ao chamado do Senhor, o missionário Robert E. Pettigrew deixou os Estados Unidos e veio ao Brasil, fixando-se no estado de Alagoas. Fruto de seu trabalho, surgiu aí um nome que começaria a escrever história da PIB Curitiba: Manoel Virgínio de Souza, pai de um dos mais antigos e respeitáveis membros, Sofonias de Souza. Nascido em 6 de abril de 1874, na cidade de Pilar, Alagoas, Manoel V. de Souza, bem cedo órfão, ficou aos cuidados da avó. Dificuldades de toda sorte levaram o jovem a exercer as mais diversas atividades: de sapateiro a pastor e músico.

Assim, desenvolveu-se nele o espírito sonhador de luta e fé. Conhecedor do Evangelho, Jesus plantou nele o divino chamado à pregação e evangelismo. Com ardor missionário, sua incansável atividade evangelística o levou a percorrer praticamente todo o estado de Alagoas.

Mas seu líder, o missionário Robert Pettigrew foi transferido para o Paraná, fixando-se no litoral. Então, em 1911, são organizadas as primeiras igrejas no estado do Paraná: a de Paranaguá e Antonina. Em 1912, a convite de Pettigrew, o pastor Manoel V. de Souza desembarca em Paranaguá, com toda a sua prole: esposa, nove filhos e a 'creada'. Reiniciou aí suas atividades evangelísticas, percorreu todo o litoral; ilhas, vilarejos, pequenas comunidades, todos ouviam de 'seu Virgínio' as novas do Evangelho. A visão missionária desse pastor, porém, não se restringiu ao litoral; logo subiu a Serra do Mar e anteviu o futuro. Instalado em Curitiba, sua modesta casa tornou-se o templo e sua família, a igreja. Essa é a origem da PIB Curitiba, organizada oficialmente em 13 de maio de 1914, com dez membros e tendo como pastor interino o missionário Pettigrew.

Atualmente o Senhor Paschoal Piragine Júnior é o Pastor Presidente da Primeira Igreja Batista de Curitiba. A igreja conta com cerca de 7.000 membros e uma equipe pastoral comprometida e atuante. Ao celebrar seu centenário, a igreja expressa toda gratidão ao Pai Eterno e honra seu atual pastor como um homem chamado por Deus para esse ministério, sabendo que também esta igreja é chamada a fazer diferença.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 143/2014**

Projeto de Lei nº. 143/2014

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Institui o Ano de 2014 como o ano do Centenário da Primeira Igreja Batista de Curitiba.

EMENTA: INSERE O ANO DE 2014 COMO O ANO DO CENTENÁRIO DA PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE CURITIBA. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o "2014 como o Ano do Centenário da Primeira Igreja Batista de Curitiba".

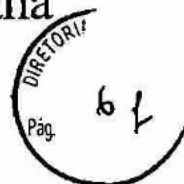
**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



aos cidadãos, na forma e nos casos  
previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

**CONCLUSÃO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2014.

NELSON JUSTUS

Presidente

FERNANDO SCANAVACA

Relator

APROVADO

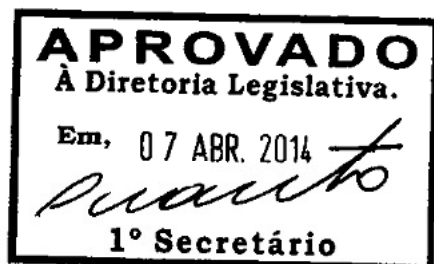
01/04/14



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Gabinete da DEPUTADA CANTORA MARA LIMA

## REQUERIMENTO



**Súmula: REQUER a anexação de documento apenso à justificativa do Projeto de Lei nº 143/2014, de sua autoria.**

**Senhor Presidente.**

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto plenário, anexação de documento apenso à justificativa do Projeto de Lei nº 143/2014, de sua autoria.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 2014.

  
**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual

### Justificativa

Considerando tratar-se de um histórico sobre a Primeira Igreja Batista de Curitiba, e, que não altera em nada o conteúdo do Projeto Original, mas, apenas para ilustrar ainda mais a justificativa do Projeto, solicitamos a devida anexação.

15:02 07/04/2014 001606 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

No início do século passado o missionário Robert E. Petigrew deixou os Estados Unidos e veio ao Brasil, fixando-se no Estado de Alagoas. Fruto do seu trabalho surgiu um nome que, mais tarde, começaria a escrever a história da PIB de Curitiba. Seu nome, *Manoel Virgínio de Souza*, um jovem, que logo cedo ficou órfão e sob os cuidados da avó, exerceu diversas atividades: de sapateiro a pastor e músico e foi o pai de um dos mais antigos e respeitáveis membros, Sofonias de Souza.

Em Alagoas, Manoel Virgínio, começou sua atividade missionária percorrendo todo o estado. Seu líder, o missionário Petigrew, transferiu-se, em 1911, para a cidade de Paranaguá (PR). Após a sua chegada organizou as duas primeiras igrejas do estado: Paranaguá e Antonina.

Continuando o seu trabalho missionário, em 1912 Petigrew trouxe para Paranaguá, Manoel Virgínio para exercer o ministério nas ilhas, vilarejos e pequenas comunidades; entretanto, logo subiu a Serra do Mar e se instalou em Curitiba, abriu a sua modesta casa e instalou a Primeira Igreja Batista de Curitiba que oficialmente foi organizada em 13 de maio de 1914, com nove membros e dirigida pelo missionário Petigrew.

Depois de anos se reunindo em vários endereços, adquiriu um terreno próprio para a construção do templo. A fé era grande, e, com apenas 115 membros, construíram um templo para 1.000 pessoas. Mais de 50 anos depois, com cerca de 1.000 membros, a Primeira Igreja Batista de Curitiba decide a construção de um novo templo e num passo de fé foi adquirido em 1977, na rua Bento Viana, esquina com a Visconde de Guarapuava.

Durante esse período até esta data dez pastores estiveram na liderança da PIB de Curitiba, porém, foi a partir de 20 de agosto de 1988 que o atual pastor, Paschoal Piragine Jr. Assumiu a direção da Igreja.

Com 18 áreas ministeriais ativas concomitantemente, todas voltadas a trabalhos evangelísticos, discipulado, artístico, aconselhamento e ação social, destacamos alguns projetos de grande relevância social.

Projeto Espaço Vida e Música tem como finalidade, utilizar a música como ferramenta de inclusão e transformação social, incentivando a cada criança e adolescente a colocar o coração no lugar certo, desenvolvendo valores que o acompanharão por toda a sua vida. Atende a cerca de 500 crianças em regiões carentes da cidade de Curitiba e região metropolitana.

Projeto Ceifar - tem por objetivo dar atenção em tempo integral a pacientes com transtornos decorrentes da dependência de substâncias psicoativas, utilizando recursos terapêuticos especializados. Além de buscar a abstinência, tem o objetivo de recriar o posicionamento crítico em relação à sociedade em que vive e de fazê-lo reencontrar o seu lugar nela, não só numa perspectiva econômica e social, mas também uma integração afetiva e emocional. Este projeto é desenvolvido em parceria com o Instituto Cargolifit.

Projeto com Especiais – O Brasil é um país repleto de deficientes, por isso, a PIB de Curitiba, tem um ministério especial que atende as pessoas com deficiência auditiva, visual, intelectual e cadeirantes realizando diferentes atividades para promover a inclusão de todos dentro do contexto que estão inseridos.

Circo da Vida - Por onde passa, realiza, além do trabalho evangelístico, atendimentos médico, psicológico, odontológico e serviço de enfermagem. Dependendo dos profissionais da região onde o circo está instalado, oferece diversos cursos para uma população carente.

Esses trabalhos e muitos outros, como sopa solidária, idosos, crianças, mulheres, homens, juventude, adolescentes, juniores, relatam a experiência da maior igreja da Convenção Batista Paranaense, hoje com cerca de 7.000 membros, já organizou 36 novas igrejas, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e três no Exterior; atua nos quatro continentes e em todo o território nacional através do trabalho missionário em parceria com as agências missionárias da Convenção Batista Brasileira (CBB). As atividades humanitárias são praticadas pela igreja através da Associação Brasileira de Ação Social (ABASC).

A visão da igreja está pautada no crescimento para fora, no sentido de ser uma igreja contextualizada, que faz diferença na comunidade e que penetra em todos os campos da sociedade, de servir ao semelhante demonstrando o poder e o amor do Senhor Jesus de modo prático. As pessoas são mais importantes do que as coisas.